



CULTURA PROFISSIONAL

UMA MODERNA DIVISÃO DE INFANTARIA

Ten.-Cel. de Infantaria DONALD T. KELLET
Instrutor da Escola de Comando e Estado-
Maior dos Estados Unidos da América do
Norte.

Transcrição da "Military Review"

Um grande e histórico triunfo militar foi obtido por nossas forças na Coréia, antes da violenta intervenção dos comunistas chineses. Entretanto, do limitado laboratório, proporcionado pelas operações destinadas à libertação da República da Coréia (Sul), emerge importante pergunta — até agora sem resposta: "Nossa atual divisão de infantaria, organizada de acôrdo com o Quadro de Efetivos e Dotações (T/O & E 7N), responde especificamente às necessidades de uma guerra futura?"

Ao findar a 2ª Grande Guerra, foi dada grande importância, pela Secretaria do Exército e pelo Comando das Forças Terrestres (*Army Field Forces*), à reorganização de nossa grande unidade básica de combate: a divisão.

"Porque introduzir modificações na divisão que na 2ª Grande Guerra combateu com tanto sucesso, proporcionando-nos uma vitória espe-

tacular?" Eis uma pergunta que pode ser feita.

E em resposta, pode ser dito que essa divisão, em seu atual aspecto — *composição equilibrada de elementos de combate e serviço*, é uma inovação relativamente recente. É mister atentar bem para a evolução do conceito do termo "divisão", pois, embora ocorra, frequentemente, na história militar, não tem indicado, através dos tempos, o mesmo tipo de organização militar; foi usado geralmente para designar um conjunto, com efetivos variados, de tropas combatentes — na maior parte, infantaria ou cavalaria. Tais unidades não dispunham, orgânicamente, de artilharia de campanha e nem tão pouco de órgãos técnicos de serviço. Até 1917, não existiu, no Exército Norte-Americano, a *divisão*, no conceito em que hoje a temos, quando, então, foi organizada a 1ª DI, nos moldes da moderna concepção.

A 1ª Grande Guerra acarretou uma evolução na estrutura de nossa GU básica. Durante esse conflito, desenvolveu-se uma tendência para empregar as brigadas de infantaria (a dois regimentos e duas por DI), alternadamente, e, como, os três ou quatro RI da divisão raramente foram empregados simultaneamente, ficou evidenciado que a organização em brigadas era desnecessária e, em consequência, foi abolida. O conceito alemão da organização ternária tornou-se popular e por nós adotado antes da última guerra, baseado em sua possibilidade potencial para proporcionar maior mobilidade.

DEFICIÊNCIAS DA ORGANIZAÇÃO TERNÁRIA

Entretanto, a divisão ternária não é necessariamente o supra-sumo da perfeição, no que tange à organização. O rápido progresso técnico dos meios de transmissões, por exemplo, tornou tal restrição desnecessária. Na campanha da Tunísia, no início da 2ª Grande Guerra, frequentemente comandantes de divisão controlavam, diretamente, cinco ou mais grupamentos táticos à base de batalhão. Geralmente essa situação ocorreu, nos períodos em que o inimigo mantinha a iniciativa. Mesmo depois de terem os Aliados passado à ofensiva, tornou-se evidente que as divisões ternárias apresentaram limitações no tocante à capacidade ofensiva. Especificamente, três grupamentos eram muitas vezes insuficientes para se levar avante missões ofensivas atribuídas às DI. As ordens de batalha do TO Europeu nos revelam que comandantes de C Ex reforçavam algumas de suas divisões através do "desmantelamento", em larga escala, de outras. O grupamento de combate (*battle group*) ou força-tarefa, tornou-se parte integrante da técnica normal de organização.

Mas, afinal, porque tudo isso, sabendo-se que uma DI só podia ter seu efetivo aumentado às expensas de outras?

Uma resposta, atingindo às raízes do sacrilégio podia ser: "É que

a complexidade do combate, na Segunda Grande Guerra, tornara obsoleta, desde o início, a divisão ternária".

Em um planejamento para uma guerra futura, a confiança excessiva na experiência do passado pode ser mais perigosa do que um completo desrespeito às lições dela decorrentes.

E, a "3ª Grande Guerra", apresenta-se como algo a ser encarado para o futuro...

Considerando-se que os Estados Unidos, invariavelmente, só se engajam na guerra depois que o inimigo a tenha iniciado, determinada parte de nosso potencial militar está, destarte, neutralizada. Especificamente, fazemos aqui referência à capacidade "profilática" que possuem os consideráveis elementos estratégicos da Força Aérea e da Marinha. Ainda que essas Forças, subseqüentemente, continuem a ser fatores de grande potencialidade, a mais pesada carga recai sobre as forças terrestres, tão logo se empreendam as ações operacionais em seu todo. Além disso, levando-se em conta nossos enormes compromissos logísticos — tanto nossos como das nações livres do mundo — provavelmente nossos recursos humanos serão numericamente inferiores aos do nosso mais viável inimigo. Nem é, por essa mesma razão, recomendável, pretendermos uma paridade numérica em fuzis e baionetas para atingir o poderio bélico desse inimigo.

NECESSIDADE DE PODER COMBATIVO

Uma vez que o Exército, mais cedo ou mais tarde, entrará na arena como força militar decisiva, é obrigatório que nossas divisões terrestres se aproximem da perfeição, no tocante à sua eficiência. Devem elas estar em condições de obter resultados compensadores, com um mínimo de perdas em homens e material. Em resumo, uma divisão norte-americana deve possuir um potencial dinâmico igual a várias congêneres do inimigo. Nosso pro-

blema é o de alcançarmos a iniciativa através da flexibilidade.

Como abaladamente se expressou o Cap. B.H. Liddel Hart, em um recente número da revista *The Army Quarterly* (Grã-Bretanha), "o problema consiste em aumentar a capacidade de manobra por meio de maior flexibilidade. Uma organização mais flexível pode possibilitar maior ação de choque, visto ter maior capacidade para ajustar-se às várias situações e concentrar-se no ponto decisivo".

Como resultado da experiência obtida na 2ª Grande Guerra, os responsáveis pelo planejamento, no Exército, começaram a considerar a necessidade de revisar a organização da DI. O problema provocou vários pontos de vista. Um grupo era de opinião que podia ser estabelecido um único tipo de divisão para todos os fins. Outros eram favoráveis ao estabelecimento de uma série de "tipos" de divisão, tais como, de infantaria, blindada, aeroterrestre, ligeira, de cavalaria, motorizada e de montanha.

A EXPERIÊNCIA DA CORÉIA

Como resultado desses longos debates, foram estabelecidos três tipos básicos de divisão — infantaria, blindada e aeroterrestre, subsequentemente organizadas e equipadas conforme constam dos atuais quadros de efetivo. Muito esforço foi dispendido na organização de tais GU, podendo-se dizer que as três são essencialmente perfeitas. De tôdas, somente uma, a nova DI, foi até agora parcialmente experimentada em combate; ainda que bem sucedida nas operações da Coréia antes da intervenção dos chineses, determinados fatores, a ela pertinentes, devem ser apreciados:

1. A prova de combate, até agora, tem sido a campanha coreana, onde tem predominado a *defensiva*. Conquanto o inimigo fôsse novo, o estilo da guerra não o foi, pois, que a Campanha da Tunísia, na 2ª Grande Guerra, ofereceu aspecto semelhante. Na verdade, a completa ca-

pacidade ofensiva da DI de pós-guerra, ainda não foi posta à prova.

2. As forças adversárias, embora bem sucedidas, inicialmente, em virtude da surpresa e superioridade numérica, revelaram-se, posteriormente, inferiores no tocante à qualidade.

3. Tivemos completa supremacia aérea e naval no decorrer de nossas operações.

Novamente indagamos — "Satisfaz a atual DI às necessidades de uma guerra futura?" Não se pode pretender encontrar tôdas as respostas necessárias nos relatórios provenientes das ações na Coréia. Torna-se mais difícil, tirar qualquer conclusão, ao se considerar que as DI norte-americanas, inicialmente ali empregadas, não se apresentavam de acôrdo com o Quadro de Organizações, pois, ao contrário, mais se assemelhavam às formações da 2ª Grande Guerra. Face às experiências do campo de batalha, em uma situação nos moldes da última guerra, podemos, em um cunho não oficial, inferir das deficiências da atual DI:

1. O efetivo da infantaria ainda é desproporcionalmente baixo. Conseqüentemente, a DI não pode manter contínuo e eficiente rendimento.

2. A potência de fogo da infantaria orgânica da DI não é suficiente, tornando-se, desde logo, necessário, reforço por parte do C Ex, além da contribuição da força aérea tática.

3. A mobilidade e a flexibilidade não foram exploradas completamente.

4. O apoio logístico não está suficientemente coordenado com as operações.

Seriam essas deficiências igualmente aplicáveis, na mais provável forma da guerra futura?

NECESSIDADES DAS GUERRAS FUTURAS

Se considerarmos o que de mais completo haja sobre informações, é provável que a resposta seja positivamente afirmativa. Procedendo a uma comparação com o nosso

mais provável inimigo, as seguintes conclusões nos parecem razoáveis:

1. Face à sua preponderância em forças terrestres, serão de grande valia a potência de fogo, mobilidade e auto-suficiência de nossas divisões. Existirá menos oportunidade para apoio mútuo e justaposição das unidades.

2. O terreno onde se desenrolarão as campanhas será vasto e aberto e maiores, as frentes atribuídas às divisões. Como resultado disso, flancos expostos passarão a ser regra geral. Portanto, a DI deve incluir forças capazes de realizar rápidas manobras, a par de considerável poder de choque para impedir, por parte do inimigo, ações sobre os flancos e movimentos envolventes, assim como, infiltrações e ataques pela retaguarda.

3. A potência de fogo deve ser aumentada, a fim de exceder, ou pelo menos, comparar-se à do inimigo. (A inesperada alta potência de fogo apresentada pelos norte-coreanos, ainda que muito inferior a dos soviéticos, é um índice bem expressivo do que poderemos encontrar no futuro).

4. Nosso sucesso tático dependerá de nossa capacidade para conquistar a iniciativa, mesmo sob condições defensivas, bem como, para explorar a fundo todas as vantagens que obtivermos. Aqui, novamente, a mobilidade, potência de fogo e auto-suficiência, apresentam-se como requisitos para a sobrevivência.

5. Mesmo no nível divisão, nossas necessidades logísticas tornaram-se vultosas. Devemos consagrar um maior efetivo da "fatia-divisória" (serviços), às unidades combatentes. É isso mais um assunto de resolução e necessidade de se sacrificar certos luxos. No fim, cada soldado terá de ser, pelo menos em parte, seu próprio G 4.

UMA NOVA ORGANIZAÇÃO

Concordando que sua adoção afetará profundamente, em todos os aspectos, a mobilização de pessoal e material, essa sugestão é feita so-

mente com o propósito de frisar que sua reestruturação é inevitável, tal como o é a guerra em si, e que, não podemos combater, em um futuro conflito, com os meios e organização que apenas foram satisfatórios durante o último.

EXPANSÃO DAS ARMAS COMBATENTES

O Quadro de Efetivos e Dotações referente à DI-7 X exige um aumento em pessoal de, aproximadamente, 12%, e, algo mais, em equipamento, sendo que, quase todo êle, em benefício dos quadros combatentes. Ainda que os serviços técnicos e administrativos se venham a queixar, devem êles ser suficientes, com apenas um mínimo de alteração. Se o inimigo, com menos conhecimentos técnicos e equipamento do que nós, tem possibilidades de apoio logístico no interior de suas divisões, atendendo a um efetivo combatente assaz preponderante, torna-se necessário para nós, sem qualquer dúvida, pelo menos, proceder igualmente.

Uma análise do atual efetivo da DI revela que essa GU dispõe, em condições de atirar sobre o inimigo, de 10.945 homens, distribuídos entre baterias e companhias. Expressivamente, 42% da DI, ou seja 7.851 homens, destinam-se ao estado-maior e órgãos de comando, à administração e aos serviços. Isso representa uma formidável "fatia-de-apoio" (*supportina slice*), colocada diretamente na linha de frente, quase na proporção de 1/1 sobre os combatentes. Mesmo não sendo do escopo deste artigo, cumpre assinalar a sempre crescente "fatia-de-apoio" encontrada nas áreas de retaguarda, onde, finalmente, numa base mundial, cerca de 7 soldados apoiam cada indivíduo capaz de fazer fogo e manobrar contra o inimigo. Além disso, acredita-se que nosso mais provável adversário tenha reduzido a "fatia-de-apoio", em suas divisões de combate, de 50%, em relação às nossas congêneres.

O principal critério usado, no estabelecimento da organização da DI

proposta, foi o número de elementos combatentes disponíveis, dentro das limitações de eficiência e economia. De acordo com Clausewitz, a capacidade de controle de um comandante é superior a três. Nosso atual sistema, baseado na organização ternária, acarreta um comando dispendioso e inflexível, tal como existiu na última guerra no Mediterrâneo, onde o comando de TO e outro, de grupo de exército, atuavam apenas sobre dois exércitos de campanha.

NOVA CARACTERÍSTICA DO COMBATE

A DI da 2ª Grande Guerra consistia em três *grupamentos táticos* idênticos, à base de seus regimentos, representando, no total, um simples retrocesso à estrutura quaternária da 1ª Grande Guerra. Devem, entretanto, todos os *grupamentos táticos* possuir as mesmas características?

A inclusão de um batalhão de carros na DI, no pós-guerra, já indica algum progresso. Adicionando-se um elemento de características diferentes daquelas dos RI, o poder de choque da GU pode ser aumentado e empregado com maior facilidade e flexibilidade. Porém, o batalhão de carros, como um único elemento blindado, sem o devido apoio, não é por si só suficiente.

Entretanto, com a adição posterior de artilharia e infantaria, a capacidade de controle pode ser aumentada para quatro ou cinco unidades combatentes de características variáveis. De fato, esta última idéia é considerada por Liddel Hart como um meio para se chegar a um máximo de flexibilidade e eficiência.

Por essa razão, a DI-7 X, ora sugerida, se caracteriza por possuir sua própria *fôrça-tarefa* — composta de elementos móveis e dotados de poder de choque, em consequência da inclusão de um batalhão de infantaria blindado e o equivalente a 1 1/2 grupo de artilharia autopropulsada. Com esses elementos, é possível criar-se um *grupamento-*

tático-blindado — GT Bld ou, então, duas formações táticas equilibradas, obviamente de menor potência.

Com efeito, a DI-7 X possui, organicamente, uma força de choque, imediatamente disponível para o aproveitamento do êxito. Ainda assim, não se sacrificou a principal atribuição da DI: conquistar e manter o terreno. Ao contrário, esse acréscimo em unidades combatentes dá, à DI, maiores possibilidades para atingir o fim a que se destina.

Contra essa solução, podem ser levantadas críticas, posto que, é prática comum, organiza-se *fôrças-tarefas* segundo a situação, lançando-se mão das unidades orgânicas da nossa atual DI. Entretanto, será isso certo?

Normalmente, o comandante da DI dispõe de três RI, apoiados pela AD e o BCC divisionário. Quando o cumprimento de sua missão exige ações que estão além das possibilidades inerentes às suas unidades — numericamente falando — é então formada uma *fôrça-tarefa*, ou mais exatamente — um *grupamento de fôrças ad hoc*. Normalmente, os componentes desse *grupamento* se reúnem, "como parasitas", ao maior comando existente. Um estado-maior pode ou não ser organizado.

Entretantes, que fim dar ao restante da divisão?

A *fôrça-tarefa* "parasita" corrói as maiores unidades orgânicas da DI, prejudicando sua eficiência e retardando sua possibilidade de recuperação. Por exemplo, um batalhão de infantaria, que deveria estar descansando, transforma-se em elemento da *fôrça-tarefa*. Um grupo de artilharia é, normalmente, outro candidato, enfraquecendo, assim, a já "apenas suficiente" artilharia divisionária.

Esse modo de proceder é *errôneo*, embora seus intérpretes estejam habituados a descrevê-lo, eufemicamente, como *síntese da "flexibilidade"*.

Uma última observação, antes de iniciarmos um exame pormenorizado da DI-7 X. A GU proposta, ex-

plora a flexibilidade obtida por meio da mobilidade. Concomitantemente, quanto maior a flexibilidade maior o potencial no que tangue à dispersão. E, por seu turno, quanto maior a dispersão, menores as conseqüências de um ataque atômico ou de armas de natureza equivalente, empregadas no âmbito tático.

OS NOVOS ELEMENTOS

Dos novos elementos que incluímos na DI-7 X, o batalhão de infantaria blindado é o principal. É êle sugerido, visto ser mais lógico do que a proposta companhia de *rangers* ("comandos" norte-americanos) — elemento dispendioso e inoperante e que, pois, pouco contribuirá para aumentar as possibilidades táticas da divisão em situações e terrenos normais. O mesmo, já se não dá com o batalhão de infantaria blindado — força coesa de choque — dotado de considerável potência de fogo e capacidade de manobra; sua inclusão à DI traria, a essa GU, ponderáveis vantagens. Além das missões normais que lhe são afetas, as unidades de infantaria blindada podem, quando necessário, executar as missões específicas de *rangers*, e, constituir uma substancial reserva de infantaria, evitando, dêsse modo, depender a divisão exclusivamente dos batalhões dos seus três RI. Estes, como os únicos elementos disponíveis para a formação da reserva divisória, têm, até agora, cumprido essa missão, apesar de ter sua capacidade de combate diminuída pelas limitações orgânicas e, reduzida sua eficiência, em virtude de emprego contínuo.

A fim de completar o poder de choque, as seguintes unidades foram incluídas na DI-7 X: um GO 105 *autoprop*, uma *Bia O 155 autoprop* e uma *Bia Can Au*.

Em conseqüência, a AD é acrescida de 18 obuses 105mm, 6 obuses 155mm, 16 canhões 40mm e 32 metralhadoras .50. Dêsse modo, a potência de fogo da artilharia aumentou de quase 30%, o que é considerado bem razoável para as necessi-

dades de apoio de uma guerra futura.

Quando se tornar necessário o emprêgo do GT Bld, é então organizado um comando, atribuído ao subcomandante da divisão, e compreendendo elementos oriundos da Cia Cmdo do QG e das unidades do Regimento de Serviço (R Sv), bem como, oficiais do estado-maior divisório.

O GRUPAMENTO DE SERVIÇOS

A fim de proporcionar maior eficiência, economia e segurança, criou-se um regimento de serviços (bem distinto das experimentais "tropas especiais" da 2ª Grande Guerra), para comandar os respectivos elementos da DI. Eis, com efeito, um "Comando Logístico" em miniatura. De modo semelhante ao que acontece na tática, onde a combinação das Armas é tida como essencial para a conduta eficiente do combate, na logística, os serviços são coordenados a fim de se obter sua combinação — fator essencial ao seu perfeito funcionamento. Elementos não combatentes são integrados temporariamente na organização regimental, do mesmo modo que, um grupo de artilharia de C Ex, atribuído em reforço à DI, torna-se parte integrante de sua AD.

O Cmt do R Sv torna-se o executor perante o G 4. Tal como o chefe de uma grande empresa civil de construções, não pretende êle dizer aos engenheiros como construir as pontes. Antes, toma providências que assegurem a realização da obra em tempo e da maneira mais satisfatória. Em termos, o o cmt do R Sv garante que o esforço combativo seja eficientemente apoiado. O R Sv torna-se o órgão encarregado dos afazeres domésticos da divisão, opera o QGR e controla e administra as áreas de retaguarda. É também responsável pela segurança das instalações localizadas entre o limite anterior do C Ex e o posterior da zona de combate, incluindo atividades de contra-informação e combate aos guerrilheiros; para isso, contará

com seus próprios recursos, reforçado, na medida das necessidades, com unidades dos elementos combatentes.

Uma vez que é encarado como possível, em uma guerra futura, o estabelecimento de uma "ponte logística", por meio da qual, uma alta

percentagem de suprimentos pode ser entregue diretamente às divisões, sem passar pela Zona de Administração, o R Sv pode ampliar suas atribuições no sentido de incluir algumas funções normalmente desempenhadas por tais unidades de um exército de campanha.

DEFINIÇÕES DE ESTRATÉGIA

GUILBERT — "Estratégia é a ciência dos generais e abrange toda a arte da guerra".

ARQUIDUQUE CARLOS — "Estratégia é a ciência da guerra; esboça os planos, abrange e determina a marcha dos acontecimentos militares; é, a bem dizer, a ciência dos generais-em-chefe".

MOLTKE — "Estratégia é a arte de agir sob a pressão das circunstâncias mais difíceis".

FAVÉ — "Estratégia é a arte de preparar um plano de operações, de dirigir um exército sobre pontos decisivos ou estratégicos e de reconhecer as regiões sobre as quais é necessário, nas batalhas, lançar as maiores massas para assegurar o sucesso".

JOMINI — "Estratégia é a arte de fazer a guerra na carta e de abraçar todo o teatro da guerra".

CLAUSEWITZ — "Há duas atividades bem distintas, a tática e a estratégia; a primeira ordena e dirige a ação nos combates, ao passo que a segunda estabelece a ligação dos combates entre si, para chegar aos fins da guerra".

FRONTEIRAS FLUTUANTES

Gen. Antônio de Souza Junior

Livro que estuda a história e a geografia de MATO GROSSO e analisa os aspectos militares da extensa fronteira oeste do Brasil, além de dedicar capítulos especiais às fontes de riqueza daquele Estado, suas atividades agro-pecuárias, segundo dados estatísticos atualizados, e seu sistema de transportes, fluviais, rodoviários, ferroviários e aéreos, em pleno desenvolvimento. Apresenta ainda vasta bibliografia com 311 (trezentos e onze) publicações sobre Mato Grosso, num total de 209 (duzentos e nove) autores catalogados.

Numa 2ª Parte, coteja estudos sobre as mais importantes operações da Segunda Grande Guerra Mundial com os depoimentos e memórias dos mais destacados Chefes militares e "leaders" políticos dos beligerantes.

À venda nesta Redação, na Biblioteca do Exército e na Seção de Vendas de Livros do Ministério da Guerra.

419 páginas

Preço : Cr\$ 60,00